



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - Nº 16

TERÇA-FEIRA, 24 DE JANEIRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- ATA DA 3ª SESSÃO, EM 23 DE JANEIRO DE 1995

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Mensagens do Senhor Presidente da República

- Nºs 35 e 36, de 1995 (nº 102 e 103/95, na origem), de 19 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens nºs 30 a 32, 36 e 37, de 1995, referentes à promulgação das Resoluções nºs 3 e 4, de 1995, e dos Decretos Legislativos nºs 1 a 3, de 1995.

- Nº 37, de 1995 (nº 91/95, na origem), de 19 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 3, de 1994-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1995, sancionado e transformado na Lei nº 8.980, de 19 de janeiro de 1995, e vetado parcialmente.

1.2.2 - Aviso do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

- Nº 136/95, de 19 do corrente, encaminhando informações sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 734, de 1994, de autoria do Senador Irapuan Costa Júnior.

1.2.3 - Ofício do 1º Secretário da Câmara dos Deputados

- Nº 17/95, de 19 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 1992, de autoria do Senador Josaphat Marinho (nº 3.771/93, naquela Casa), que estende a competência da Justiça do Trabalho (artigo 114 da Constituição Federal).

1.2.4 - Parecer

Referente à seguinte matéria:

- Diversos nº 001, de 1995, do Senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira, formulando consulta que versa sobre a possibilidade de retornar ao cargo de Senador da República, como Suplente do Senador José Eduardo Andrade Vieira, sem que haja necessidade de renunciar ao cargo de presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S.A.

1.2.5 - Requerimentos

- Nº 114, de 1995, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, do artigo "As bases do diálogo", de autoria do Embaixador do Brasil em

Washington (EUA), Paulo Tarso Flecha de Lima, publicado na *Folha de S. Paulo* de 19-1-95.

- Nº 115, de 1995, de autoria do Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, do artigo "O TCU e os novos tempos", de autoria do Ministro Marcos Vinícios Vilaça, Presidente do Tribunal de Contas da União, publicado no *Jornal do Brasil* de 18-1-95.

- Nº 116, de 1995, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando que seja considerada como licença sua ausência dos trabalhos da Casa dias 20 e 23 do corrente mês. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.6 - Comunicação da Presidência

Edição, pelo Sr. Presidente da República, da Medida Provisória nº 831, de 18 de janeiro de 1995, que extingue as vantagens que menciona e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

1.2.7 - Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA - Considerações sobre os artigos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, do dia 5 de janeiro último, intitulados "Argumentos de nicotina" e "Jatene analisa legalidade das restrições," de autoria dos Srs. Gilberto Dimenstein e Alexandre Secco, respectivamente, a respeito da queda de cerca de 40% nas vendas de cigarros no Brasil entre os anos de 1990 e 1994, representando, também, uma sensível diminuição do número de fumantes.

1.2.8 - Comunicações de Presidência

Término do prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 7 a 9, de 1995; sendo que a cada um dos projetos de Resolução nºs 7 e 9, de 1995, foram apresentadas duas emendas, e o Projeto de Resolução nº 8, de 1995, recebeu uma emenda.

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.2.9 - Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 - ENCERRAMENTO

2 - GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
 Diretor-Geral do Senado Federal
 AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor Executivo
 LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
 Diretor Administrativo
 JÚLIO WERNER PEDROSA
 Diretor Industrial
 FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
 Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal
 ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

Chapa à eleição dos membros e respectivos suplentes da
 Comissão Deliberativa, no período de 1995-1998.

3 - MESA DIRETORA

4 - LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 - COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

TES

Ata da 39ª Sessão, em 23 de janeiro 1995

11ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Chagas Rodrigues

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
 OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa - Beni Veras - Dirceu Carneiro - Elcio
 Alvares - Epitácio Cafeteira - Eva Blay - Francisco Rollemberg -
 Joaquim Beato - José Paulo Bisol - Louremberg Nunes Rocha -
 Lourival Baptista - Mauro Benevides - Meira Filho - Nabor Jú-
 nior - Nelson Carneiro - Pedro Teixeira.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - A lista de pre-
 sença acusa o comparecimento de 16 Srs. Senadores. Havendo nú-
 mero regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE**MENSAGENS****DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Nºs 35 e 36, de 1995 (nºs 102 e 103/95, na origem), de 19
 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens nºs 30 a
 32, 36 e 37, de 1995, referentes à promulgação das Resoluções nºs
 3 e 4, de 1995, e dos Decretos Legislativos nºs 1 a 3, de 1995.

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 37 de 1995 (nº 91/95, na origem) de 19 do corrente refe-
 rente ao Projeto de Lei nº 3, de 1994-CN, que estima a Receita e
 fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1995, san-
 cionado e transformado na Lei nº 8.980, de 19 de janeiro de 1995,
 e vetado parcialmente.

AVISO**DO MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA
CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Nº 136/95, de 19 do corrente, encaminhando informações
 sobre os quesitos constantes do Requerimento nº 734, de 1994, de
 autoria do Senador Irapuan Costa Júnior.

As informações foram encaminhadas, em cópias,
 ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

OFÍCIO**DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

Nº 17/95, de 19 do corrente, comunicando a aprovação do
 Projeto de Lei do Senado nº 84, de 1992, de autoria do Senador
 Josaphat Marinho (nº 3.771/93, naquela Casa), que estende a com-
 petência da Justiça do Trabalho (artigo 114 da Constituição Fede-
 ral).

PARECER**PARECER Nº 18, DE 1995**

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
 sobre o Diversos nº 001, de 1995, do Senhor Luiz Alber-
 to Martins de Oliveira, formulando consulta que versa
 sobre a possibilidade de retomar ao cargo de Senador da
 República, como Suplente do Senador José Eduardo An-
 drade Vieira, sem que haja necessidade de renunciar ao
 cargo de presidente da TELEPAR-Telecomunicações do
 Paraná S.A.

Relator: Senador Josaphat Marinho

Relatório

1. Pelo Diversos nº 001, de 1995, o Senhor Luiz Alberto
 Martins de Oliveira submete à apreciação desta Comissão de
 Constituição e Justiça consulta versando sobre a possibilidade de
 retomar ao cargo de Senador da República, como Suplente do Se-
 nador José Eduardo Andrade Vieira, sem que haja necessidade de
 renunciar ao cargo de presidente da TELEPAR-Telecomunicações
 do Paraná S.A.

2. Da consulta consta o parecer do Advogado-Geral do Se-

nado Federal, Dr. Tereso de Jesus Torres, sobre incompatibilidade entre o exercício do mandato de Senador e a atividade do consultante como Presidente da TELEPAR-Telecomunicações do Paraná S. A., que tem seu controle acionário, indiretamente, em poder da União Federal e, diretamente, através da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRÁS.

3. Outros documentos foram anexados à consulta: legislação pertinente: ata da 31ª Assembléia Geral Ordinária e 98ª Assembléia Geral Extraordinária da TELEPAR; Ata da 486ª Reunião do Conselho de Administração da TELEPAR; Estatuto da Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR; cópia do Parecer nº 1.034, de 1964, da Comissão de Constituição e Justiça do Senado; cópia do trabalho "As incompatibilidades parlamentares," de autoria do Prof. Pinto Ferreira, cópia do trabalho "incompatibilidades parlamentares," de autoria do Sr. Carlos Osório de Almeida, e casos precedentes.

4. Visa a consulta, portanto, esclarecer sobre a possibilidade de retornar o consultante ao cargo de Senador, ocupando a suplência em face do afastamento temporário do titular, sem que haja necessidade de renunciar ao cargo de presidente da empresa estatal TELEPAR, na qual permanecerá na condição de licenciado, sem exercer, efetivamente, aquele cargo.

5. É o relatório.

Discussão

6. A matéria é constitucional e refere-se à incompatibilidade de funções entre o exercício de mandato legislativo e outras, em entidades públicas ou privadas, estando reguladas nos arts. 54, incisos I e II da Constituição Federal, que dispõe:

"Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior.

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutum* nas entidades referidas no inciso I, a;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, a;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo."

7. No caso, o consultante indaga se há necessidade de renunciar ao cargo de presidente da estatal Telepar S. A. para assumir o mandato no lugar do Senador José Eduardo Andrade Vieira, nomeado Ministro de Estado da Agricultura.

8. Trata-se, conforme consta do Estatuto anexo à presente consulta e da Ata da 31ª Assembléia Geral Ordinária e 98ª Assembléia Geral Extraordinária, de cargo eletivo, com mandato fixo, efetivada em 19 de abril de 1994, para uma gestão que terminará em abril de 1997.

9. Não se enquadra o caso, portanto, na vedação imposta na letra b do inciso I do art. 54, visto que o consultante já ocupa o cargo. O que não pode é exercê-lo, simultaneamente com o mandato de Senador.

10. Nesse sentido, explicando a incompatibilidade de fun-

ções em Comentários à Constituição de 1967 (Editora RT, 2ª ed., revista, 1969, p. 30) diz Pontes de Miranda:

"No sistema jurídico brasileiro, os deputados e senadores não podem, desde a diplomação, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado de qualquer entidade estatal, federal ou local, ou de entidade autárquica, sociedade de economia mista, ou empresa concessionária de serviço público. Só se fala de aceitar e exercer, não de ocupar, como no art. 34, II, b). O que não tem cargo, função ou emprego, remunerado, não pode, expedido o diploma, vir a tê-lo. Pode, a contrario sensu, aceitar cargo gratuito. O que já o tem, ao ser expedido o diploma, não mais pode exercê-lo; ocupa-o, porém não o exerce. Se demissível, a arbítrio de algum poder, o empregado, o caso é regido pelo art. 34, II, b), que lhe veda ocupar o cargo em tais situações infirmes. É a diferença entre ter e exercer."

11. Assim, ao sobrevir a convocação para exercer o mandato de Senador, já encontrou o consultante no exercício do cargo de presidente da estatal. Pode, sem vedações, ocupá-lo, porém sem remuneração, licenciado do seu exercício.

12. Ademais, trata-se de cargo eletivo com mandato fixo para presidir empresa estatal regulada pelo direito privado. Logo, não se aplica no caso a vedação imposta no art. 54, II, d, visto não ter as características de mandato público.

13. Observe-se que impõe a Lei Magna proibições à acumulação remunerada, segundo o art. 37, incisos XVI e XVII, que assim declara:

"Art. 37.

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público;"

14. Ante o exposto, parece-nos não haver incompatibilidade entre a ocupação do cargo de presidente da TELEPAR-Telecomunicações do Paraná S.A., desde que não remunerada, devendo o consultante dela se afastar na qualidade de licenciado, e em obediência ao disposto na Constituição Federal art. 37, inciso XVI e XVII.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19 de janeiro de 1995. - Magno Bacelar, Presidente - Josaphat Marinho, Relator - Lourival Baptista - Alfredo Campos - César Dias - Esperidião Amin - Odair Soares - Jacques Silva - Francisco Rollemberg - Cid Sabóia de Carvalho - Elcio Alvares. - Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 114, DE 1995

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requero a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo "As bases do diálogo", de autoria do Embaixador do Brasil em Washington (EUA), Paulo

Tarso Flecha de Lima, publicado na Folha de S. Paulo de 19-1-1995.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1995. – Senador **Lourival Baptista**.

Folha de S. Paulo – 19 de janeiro de 1995

AS BASES DO DIÁLOGO

Paulo Tarso Flecha de Lima

O Embaixador do Brasil em Washington (EUA) não é contra as organizações não-governamentais e a transparência democrática. Nem pode ser contra a universidade dos direitos humanos – mandatória como princípio diretor da política externa brasileira conforme a Constituição.

Jamais neguei que o Brasil enfrente problemas – muitas vezes sérios! – de direitos humanos. Ao contrário, esse reconhecimento é precisamente premissa do diálogo que, sem necessidade de convite de ninguém, a Embaixada em Washington tem procurado assegurar para que seja o mais amplo e aberto possível.

Insisto, entretanto, que é meu dever defender o país de caracterizações, despropositadas, de acusações caluniosas, levianas ou simplesmente falsas, disseminadas irresponsavelmente por esta ou aquela entidade dos setores ditos "independentes".

Como agente de governo democrático, todo embaixador do Brasil deve honrar a designação recebida, respaldada na legitimidade do presidente que o nomeia e do Senado que o referencia – em última análise, a legitimidade do mandato conferido nas urnas aos representantes da nação. Não é o caso das ONGs, que, com todos os méritos que possam ter – e não os desconheço – não possuem legitimidade equiparável ao Estado de Direito, nem a decorrente responsabilidade com relação ao público.

É para mim inconcebível que se busque censurar como "bravata patrioteira" (Paulo Sérgio Pinheiro, "Transparência é preciso", *Folha*, 11/01), ou ironizar como "fúrias" (Fábio Konder Comparato, "Para estrangeiro ver", *Folha*, 6/01) as sóbrias tentativas de restabelecer a verdade sobre o Brasil, verdade essa que anda escassa nos últimos relatórios não-governamentais que me chegam às mãos aqui em Washington.

Ou concorda o Professor Pinheiro com a idéia de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso se elegeu à custa de "uma campanha eleitoral repleta de controvérsias e escândalos conduzida de forma "relativamente livre", como afirma a *Americas Watch*? E por que o senhor Javier Zúñiga ("Dialogar é preciso", *Folha*, 15/01) deixa de mencionar que o diretor-executivo da Anistia USA, ao lançar o documento de contribuições à Cúpula de Miami, acusou textualmente o governo brasileiro de praticar política (!) de "faxina social de indesejáveis", em texto de "press release" amplamente divulgado? Esse certamente não é o Brasil real!

Veterano de quatro décadas de política externa, só posso orgulhar-me das contribuições diretas, ainda que moderadas, que pude prestar à causa dos direitos humanos na esfera da atuação do Itamaraty. Lembro que o Brasil domina de longa data o vocabulário dos direitos humanos. Participou ativamente, por exemplo, da elaboração do texto da Declaração Universal de 1948, marco divisor da presença do tema na agenda internacional contemporânea. Tendo-se afastado momentaneamente dessa linha atuante nos anos do arbítrio, a ela retorna – e não lhe descobre a "gramática" ... – apenas iniciada a abertura: já em 1977 o Brasil é eleito para a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

O ano de 1985 marca, isto sim, o início formal do processo de adesão aos grandes instrumentos jurídicos internacionais e interamericanos de proteção aos direitos humanos – os Pactos de Direitos Cíveis e Políticos e de Direitos Econômicos e Sociais das Nações Unidas e o Pacto de São José. Não por obra do acaso, mas

por históricas decisões do Presidente José Sarney, com base em recomendação explícita do Itamaraty, objeto da especial atenção dos chanceleres Olavo Seníbal e Roberto de Abreu Sodré, e de criterioso esforço da Casa de Rio Branco que, como então secretário-Geral teve a honra de coordenar.

Já como embaixador em Londres, fui um dos primeiros diplomatas brasileiros graduados a estabelecer relacionamento formal com a cúpula do movimento não-governamental, ao visitar, em 1990, o então secretário-geral da Anistia Internacional, Ian Martia.

À mesma época, estabeleci diálogo com Robin Hanbury Tennyson, da Survival International. Em consequência, das constrangedoras e pouco produtivas vigílias da entidade frente à Embaixada em Londres, passou-se a intercâmbio franco e construtivo que perdura. Repilo, portanto, as tentativas de individualizar-me como um opositor das ONGs ou acusar-me de preferir a "política da dissimulação" às virtudes da transparência democrática.

Nos Estados Unidos, tenho aprofundado essa clara opção pela abertura e transparência. Cartas, folhetos e artigos da Embaixada em Washington não escondem que o Brasil tem problemas a superar. Mas a serenidade no reconhecimento de obstáculos e desafios está longe de significar a aceitação passiva de um processo sistemático de distorção da realidade brasileira.

Incorreria eu em grave omissão se calasse, se não cobrasse veracidade e mais objetividade das análises sobre o Brasil, com o objetivo precípuo de garantir o reconhecimento de compromissos e avanços realizados pelo governo e pela sociedade brasileiros.

O requestrar sistemático de acusações e percepções equivocadas não serve à causa de uma sociedade mais equânime e mais justa, compromisso do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Lembra-nos o Professor Celso Lafer que os direitos humanos constituem capítulo específico do relacionamento internacional. Deixamos de lado os princípios de defesa de "interesses concretos" dos Estados, as barganhas políticas ou econômicas fundadas na interdependência e as preocupações estratégicas apenas à dinâmica guerra/paz, para ir buscar, nos domínios da ética, uma proposta de consolidar a organização convívio das sociedades que se concretiza mediante a (auto) limitação do arbítrio das soberanias em prol do indivíduo e da coesão do tecido social.

Não esqueçamos, entretanto, os limites do "real concreto", nem imagine-mos que ao Estado é possível ultrapassar, por mero desejo ou decreto, as dificuldades materiais de realização de uma vontade política estabelecida.

No Brasil, aliás no mundo todo, a vigência plena dos direitos humanos só se viabilizará por uma ação concertada entre sociedades e Estado. É precisamente a vitalidade interna dessa "nova parceria", expressa claramente nas urnas em outubro último e nas atuais prioridades públicas para o Brasil – a concretização do triângulo democracia, desenvolvimento e justiça social, –, que tenho procurado apontar como o desdobramento mais positivo de nosso amadurecimento político e social ao longo da última década.

Não seriam essas as bases para a continuação do diálogo?

(À Comissão Diretora.)

REQUERIMENTO Nº 115, DE 1995

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requiro a transcrição, nos Anais do Senado, do artigo "O TCU e os novos tempos", de autoria do Ministro Marcos Vinícios Vilaça, Presidente do Tribunal de Contas da União, publicado no *Jornal do Brasil* de 18-1-95.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1995. – Senador **Lourival Baptista**.
Jornal de Brasília – 18-1-95

O TCU E OS NOVOS TEMPOS

Marcos Vinícios

Há, hoje, consciência de que um novo modelo de desenvolvimento de verdadeiro cunho econômico e social e que traduza a edificação de um regime democrático também na esfera do econômico e do social – e não apenas da política – só é alcançável pela reforma das instituições políticas do País.

A sociedade é um corpo em permanente processo de transformação e como tal requer que o Estado se reorganize e se reestruture continuamente. Nas democracias, as mudanças se operam na busca sistemática do aprimoramento do Estado, de modo a torná-lo mais estável e mais justo, e a aprofundar sua preocupação com o desenvolvimento do homem em sua plenitude.

A reforma do Estado possui como questão central a reavaliação da governança de forma que seu aparelho possa atender aos critérios da legitimidade política, justiça social, eficiência econômica e eficácia administrativa, no regime da lei, e no contexto da globalização.

A reforma já se encontra em curso. Na medida em que avança a redefinição das fronteiras de atuação do Estado, recrudescem as exigências de mudanças nas áreas de sua indispensável atuação.

O momento é de tal complexidade que requer a substituição de paradigmas, e não apenas de normas e procedimentos. Uma nova lógica de gestão da coisa pública precisa surgir, mas que resguarde o imperecível conceito de "interesse público".

É hora de rompermos, não com a lei, mas com os limites da abordagem meramente jurídica da função controle na gestão governamental.

Já não se pode crer que as políticas estabelecidas ou homologadas no Congresso sejam invariavelmente executadas linearmente por uma burocracia neutra e seguidora de princípios universais de uma ciência administrativa, e que seus resultados sejam assegurados pelo cumprimento dos devidos processos. Os cânones do modelo burocrático estão sendo sacudidos em relação a cada uma das funções administrativas. São as exigências de um tempo de profundas e rápidas mudanças num cenário de dramática complexidade. Os enfoques e orientações compatíveis com a estabilidade, a previsibilidade e a certeza não se coadunam com um mundo que apresenta aos gestores da coisa pública altos níveis de incerteza. Há que planejar, coordenar, organizar, prover o pessoal e, também, controlar com abordagens compatíveis com os desafios a enfrentar.

O planejamento centralizado, de caráter específico, diretivo e onipresente está cedendo lugar ao planejamento indicativo, aos cenários alternativos, objetivos gerais e programas flexíveis, à articulação e coordenação das políticas públicas e aos mecanismos de decisões de ajustes corretivo, em tempo real.

O Brasil parece ter redescoberto, em novas bases, a relevância política e administrativa do Orçamento da União. Mais do que os documentos de intenções de políticas públicas, planos estratégicos e programas operativos, sua elaboração, aprovação e execução revelam a verdadeira face política do País.

A dinâmica de mudança já alcança, igualmente, as formas de organizar a ação governamental. A descentralização, a fuga à especialização estreita na divisão do trabalho, a pequena dimensão das unidades operacionais, as estruturas rasas, o emprego de generalistas nos serviços centrais e dos especialistas nas pontas de atendimento ao público e, o fluxo compartilhado das informações são exemplos de tendências impostas pela nova realidade com que nos defrontamos.

Os reclames de mudanças não podem ser diferentes em re-

lação ao exercício da função controle, a despeito de sua extrema complexidade na área pública. No plano conceitual, geral, há que se reconhecer a variedade na natureza íntima das atividades de diferentes organizações públicas e estimar o impacto da aplicação de normas e procedimentos de controle para seus respectivos níveis de eficácia e eficiência.

Há que se encontrar soluções que garantam a observância de princípios e regras gerais por meio da aplicação diferenciada de exigências processuais, compatibilizando-se ao ritmo e incertezas de cada área de atuação governamental.

Necessário se faz que o Congresso Nacional destine percentual mandatório de recursos destinados a programas sociais específicos, para a avaliação de resultados destes programas.

Cabe ao Tribunal de Contas da União, como braço do Congresso, manifestar-se sobre a correção no uso de recursos públicos à luz dos resultados alcançados. Realizar, assim, o que talvez seja uma de suas mais úteis funções, que vai além dos simples "denuncismo" de irregularidades, abusos e práticas de corrupção. As intervenções que este Tribunal pratica devem apontar os erros ou falhas verificados no curso do planejamento e execução dos programas públicos e sugerir medidas corretivas para maior harmonia e rendimento na Administração.

Para tanto, torna-se necessária a revisão profunda do papel e das reformas de atuação do Tribunal no âmbito da reforma do Estado, com a adoção de uma abordagem capaz de promover a garantia da satisfação do interesse público, valendo-se de preceitos e princípios que representem uma nova mentalidade profissional e correspondam à adoção de novos conceitos políticos e administrativos.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, os requerimentos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 116, 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 13, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença, minha ausência dos trabalhos desta Casa, os dias 20 e 23 do corrente mês, quando estarei no Estado que represento, tratando de assuntos partidários.

Sala das Sessões, 20 de janeiro de 1995. – Senador Espíndola Amin.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Por falta de quorum, a votação do requerimento fica adiada.

O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 831, De 18 de janeiro de 1995, que extingue as vantagens que menciona e dá outras providências.

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
PMDB		
1. Nabor Junior		1. Gilberto Miranda
2. Ney Suassuna		2. Flaviano Melo
PFL		
3. Elcio Alves		3. José Alves

	PPR	
4. Eptácio Cafeteira		4. Jarbas Passarinho
	PSDB	
5. Dirceu Carneiro		5. José RichaPDT
6. Magno Bacelar		6. Júnia MarisePP
7. Irapuan Costa Júnior		7. Nelson Carneiro

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	BLOCO	
1. Manoel Castro		
1. Atila Lins		
	PMDB	
2. João Henrique		2. Nestor Duarte
	PPR	
3. Arnaldo Faria de Sá		3. Eraldo Trindade
	PSDB	
4. Sigmaringa Seixas		4. Jabes Ribeiro
	PP	
5. Costa Ferreira		5. João Maia
	PDT	
6. Miro Teixeira		6. Giovanni Queiroz
	PRONA	
7. Regina Gordilho		7.

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 23/1/95 – Designação da Comissão Mista;

Dia 24/1/95 – Instalação da Comissão Mista;

Até 24/1/95 – Prazo para recebimento de emendas. Prazo para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 2/2/95 – Prazo final da Comissão Mista;

Até 17/2/95 – Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, informações publicadas na imprensa revelam que a venda anual de cigarros no Brasil caiu de 164,1 bilhões em 1990 para 105 bilhões em 1994, o que representa uma redução no seu consumo, graças às campanhas e medidas que vêm sendo adotadas para prevenir a população dos efeitos prejudiciais do fumo.

Ainda temos cerca de 30 milhões de fumantes. A indústria fumageira emprega 2,5 milhões de pessoas, de forma direta ou indireta, fatura em torno de seis bilhões de dólares e recolhe mais de três bilhões em impostos, conforme alegações dos que defendem o plantio, a produção e a comercialização do fumo, mesmo sabendo que 100 mil pessoas morrem anualmente em nosso País em decorrência do vício do tabagismo.

Sr. Presidente, em artigo publicado na *Folha de S.Paulo*, o jornalista e escritor Gilberto Dimenstein argumenta, contrariamente aos que defendem a atividade econômica ligada ao fumo, que emprega trabalhadores e paga impostos, com a seguinte colocação: "Por este raciocínio, poderíamos liberar os homicidas, desde que pagassem uma taxa ao governo", e "gasta-se muito mais no tratamento das doenças causadas pelo fumo do que o valor que se arrecada pelos impostos".

Um importante publicitário, também um fumante invetera-

do desde os quatorze anos, mas dizendo-se enganado e arrependido, como tantos outros, fez declarações ao ilustre jornalista, inseridas em sua coluna, considerando desonesta a forma como a publicidade vende cigarro, enganando o consumidor. Porque, segundo ele, mistura-se o produto à imagem de beleza, força e juventude, quando a própria indústria sabe que os seus efeitos são incompatíveis com esses fatores de qualidade de vida, sabendo-se que o cigarro não combina com a qualidade de vida ou a saúde.

O ex-Ministro Henrique Santillo, como último ato de sua gestão, baixou a Portaria de 29 de dezembro, proibindo a propaganda do fumo na televisão e em outros meios de comunicação, sem as devidas advertências que deverão constar das embalagens do produto. O atual Ministro da Saúde, Adib Jatene, continua os estudos no Ministério para a implantação das medidas recomendadas na referida Portaria, que obriga, entre outras advertências, que devem constar na embalagem dos produtos os seguintes dizeres:

– fumar causa enfarto do coração e derrame cerebral;

– milhares de brasileiros morrem a cada ano por causa do tabaco;

– a nicotina do tabaco cria dependência física;

– fumar causa bronquite, enfisema, câncer de pulmão e de outros órgãos;

– proteja as crianças da fumaça do tabaco;

– fumar durante a gravidez é perigoso para a saúde da mãe e da criança;

– parando de fumar a sua saúde melhora e sua vida também;

– a fumaça do tabaco contamina o ar e prejudica a saúde do não-fumante.

O Diretor do Instituto Nacional do Câncer, Dr. Marcos Moraes, em entrevista concedida à *Folha de S.Paulo*, afirma que "de cada sete mortes no Brasil, uma se deve ao câncer adquirido por causa do fumo." Condenou a publicidade que associa o cigarro a "práticas desportivas e gente saudável", o que é terminantemente proibido pelo Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária, em que se baseou a portaria ministerial.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento para registrar a redução de quase 40% no processo de venda de cigarros em nosso País, o que representa, realmente, um substancial retração no mercado consumidor, apesar do apelo exagerado da propaganda que vinha sendo divulgada. São 59 bilhões de cigarros que deixaram de ser vendidos anualmente, uma redução que poderá aumentar, ainda mais, com a implantação das medidas que estão sendo estudadas no Ministério da Saúde a partir da citada portaria que está sendo revisada.

Com o objetivo de falar à Nação, alertando a sociedade sobre os males do fumo, tenho sido repetitivo, aqui, no plenário do Senado Federal, podendo até causar certo enfado aos nobres colegas Senadores, mas, estes resultados alcançados justificam o esforço e a luta que tenho desenvolvido nestes últimos dez anos contra o fumo.

A minha luta é contra o tabagismo, não é contra o fumante, lamentavelmente uma vítima. E há longo tempo venho lembrando e advertindo que melhor seria para o nosso País e para os que trabalham e produzem na indústria fumageira que todo este investimento de bilhões de dólares fosse canalizado, progressivamente, para a produção de alimentos. Assim, evitar-se-iam maiores prejuízos para a Nação e para os que dependem desta atividade econômica, pois, a cada dia que passa, o fumo é mais repudiado pela população.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição com o meu pronunciamento dos seguintes artigos publicados no jornal *Folha de S.Paulo*, edição de 5 de janeiro do corrente ano, intitulados: "Argumentos da Nicotina", autoria de Gilberto Dimenstein, e "Ja-

tene Analisa Legalidade das Restrições", autoria de Alexandre Seco.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO.

Folha de S. Paulo - 5-1-95

ARGUMENTOS DE NICOTINA

Gilberto Dimenstein

Brasília - O lobby da nicotina se articula com ferocidade para impedir as restrições da publicidade ao cigarro determinadas pelo Ministério da Saúde. Estão usando argumentos tão ruins como o produto que fabricam.

Qualquer discussão séria deve levar em conta pelo menos um número. Segundo o Ministério da Saúde, morrem no Brasil cerca de dez pessoas por hora devido ao fumo. Traduzindo: 100 mil pessoas por ano.

O lobby alega que a indústria do fumo deve ser preservada porque, afinal, empregaria 1,5 milhão de pessoas, além de recolher US\$3,5 bilhões. No fundo, eles estão dizendo que a vida tem preço. Sinceramente, difícil encontrar argumentos tão estapafúrdio. Por esse raciocínio poderíamos liberar os homicidas desde que pagassem uma taxa ao governo.

Estapafúrdio e enganoso: gasta-se muito mais no tratamento das doenças causadas pelo fumo de que o valor arrecadado pelos impostos. Sem contar o impacto da economia pelas horas não trabalhadas pelos doentes. "Como médico, tenho visto o sofrimento de famílias. Esse é o verdadeiro custo social", disse ontem a esta coluna o Ministro da Saúde, Adib Jatene.

Desde quando é um direito vender um produto que mata, apresentando-o ligado a desempenho sexual, juventude e até saúde?

O fato é que existem dúvidas sobre se o Ministério da Justiça poderia baixar uma portaria ou se deveria aprovar no Congresso uma lei. Se, de fato, cair no Congresso, pode demorar pelo menos mais dois anos. Isso se for aprovado. Afinal, não faltarão "argumentos" ao lobby do fumo.

Tomando como base dos números do Ministério da Saúde, mais dois anos significariam 200 mil pessoas mortas.

PS - Vale o registro a coragem da opinião: o publicitário Gabriel Zellmeier da W/Brasil, disse ontem a esta coluna considerar desonesta a forma como a publicidade vende cigarro. Segundo ele, consumidor é enganado, pois mistura-se o cigarro à imagem de beleza, força, juventude. Ele próprio um viciado de cigarro, lamenta por ter se seduzido pelo cigarro, lamenta por ter se seduzido pelo cigarro aos 14 anos, que o transformaria em "homem".

CIGARROS

Jatene analisa legalidade das restrições

Ministro da Saúde afirma que iniciativa sobre restrições à publicidade deveriam ser tomadas pelo Congresso

ALEXANDRE SECO

Correspondente de Brasília

O ministro da Saúde, Adib Jatene, tem deixado sempre a validade legal da portaria que restringe a publicidade de cigarros.

A assessoria jurídica do ministério analisa que medidas deveriam ser adotadas em forma de lei. "O ministério ainda vai ver se a portaria tem efeito ou não", afirmou.

Na prática, a portaria continua em vigor. Os fabricantes tem até 120 dias para atender as exigências. No caso de atrasos em portaria, a portaria deve ser cumprida imediatamente.

A portaria, de 19 de dezembro, é um dos últimos atos do ex-ministro da Saúde Henrique Santillo. Entre outros, tem, a portaria prevê que as advertências do ministério impressas nas embalagens sejam lidas continuamente e seja quando o usuário.

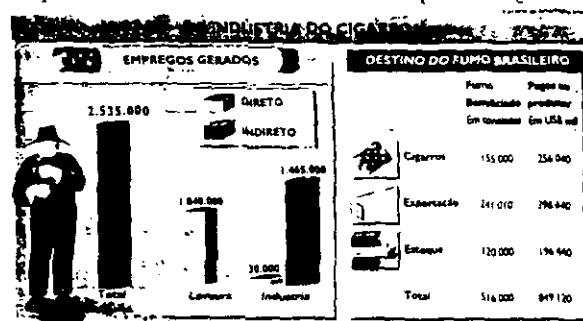
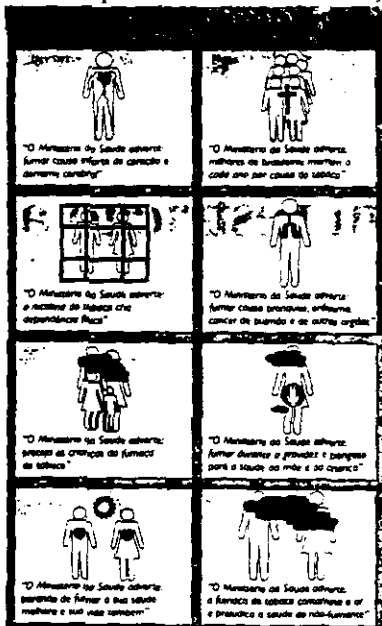
Jatene disse que a iniciativa de uma lei sobre a publicidade de cigarros não deve ser do Executivo. O Congresso é que deve discutir o assunto e legislar a respeito.

O Executivo poderá colaborar fornecendo dados técnicos que venham ao parlamento.

O mérito da portaria, afirmou o ministro, foi levantar o problema das doenças causadas pelo fumo. Ele disse que, embora seja uma indústria importante, o fumo causa sérias doenças.

"Sou a alegação das indústrias de fumo de que a medida pode causar desemprego. Jatene afirmou não estar preocupado.

"A preocupação é com o preço, com as vítimas de doenças graves como um câncer", disse.



Consumo no país teve queda após campanha

Da Reportagem Local

A venda anual de cigarros no Brasil caiu de 164,1 bilhões em 1990 para 105 bilhões em 94.

Em 90, começou no país a campanha contra o fumo que abrange fabricantes e vendedores de que o cigarro prejudica a saúde.

O consumo já vinha caindo com a atual legislação. Por isso, ficaram perplexos com a portaria que o ministério da Saúde, Adib Jatene, aprovou em 19 de dezembro.

Para Colman, as novas advertências que deverão vir no verso das embalagens são economicamente inviáveis. "Se se a gente

colocar em envelope", disse. A indústria do fumo emprega 2,5 milhões de pessoas diretas e indiretas e fatura US\$ 6 bilhões ao ano. O vice-presidente da Associação Brasileira de Fabricantes de Cigarros, Romeu Schneider, 47, disse que a portaria é injusta.

"Restrições de publicidade contra o fumo tem um impacto direto no consumo, o que representa um prejuízo para a indústria", afirmou.

Segundo ele, até o fim do ano, os proprietários de fumo do Sul vão de pequenos agricultores. A região responsável por 10% da produção nacional.

"Quando o governo vai, essas famílias perdem sua fonte de renda. Acho que o ex-ministro demonstrou essa realidade", disse. (DF)

Estatística**Fumantes somam 30 milhões no país**

Free-lance para a Folha

A portaria do Ministério da Saúde visa proteger jovens e analfabetos dos riscos do fumo, disse o diretor do Instituto Nacional do Câncer, Marcos Moraes.

De acordo com o instituto, há 30 milhões de fumantes no país. Dos 330 mil novos pacientes de câncer registrados a cada ano, 100 mil morrem em função do tabagismo.

Moraes afirmou que "de cada sete mortes no Brasil, uma se deve ao câncer adquirido por causa do fumo". Segundo ele, 25% dos brasileiros começam a fumar depois dos cinco anos de idade.

Moraes criticou a publicidade que associa o cigarro a "práticas esportivas e gente saudável".

"Isso é proibido pelo Conar (Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária), que tem um anexo sobre cigarros. Foi nele que se baseou a portaria".

Com as mensagens, Moraes espera que "o público preste mais atenção". A campanha deve trazer resultados em 10 ou 20 anos.

(Ronaldo Soares)

Frância**Publicidade teve proibição em 76**

De Paris

A primeira lei antifumo na França é de 76. Proibiu o fumo em lugares públicos e limitou a publicidade a jornais e revistas.

Outra lei entrou em vigor em 93 e proibiu toda publicidade de cigarros, mesmo indireta, como o patrocínio de carros de corrida.

Os maiores adversários foram pilotos e organizadores do automobilismo. Diziam que a lei "imagina" o esporte, o que não ocorreu.

Um dos argumentos era que o GP da França de F-1 não poderia se realizar — bastou apagar o nome dos patrocinadores — e que não se poderia transmitir provas no exterior — continuaram como antes.

A lei prevê a criação de espaços para fumantes em bares e restaurantes. O infrator pode ser multado em US\$ 250 e o dono, US\$ 1.000.

Calcula-se o fumo mata 60 mil franceses ao ano. Essas mortes custam US\$ 8 bilhões por ano ao governo, que arrecada US\$ 4 bilhões em impostos com o cigarro. O consumo anual é de 93 bilhões de cigarros. (André Fontenelle)

Reino Unido**Governo mantém política rígida**

De Londres

O governo britânico tem uma rígida política contra o fumo, que inclui restrição à propaganda de cigarros, campanhas contra o hábito de fumar e altos impostos.

São proibidas propagandas na TV e no rádio. Os principais meios utilizados são jornais, revistas e outdoors. A venda de cigarro é proibida a menores de 16 anos.

Cada maço traz ao menos duas mensagens do governo, como "Fumar causa câncer".

No último dia 29, foi anunciada uma campanha contra o fumo de US\$ 21,6 milhões até 98. Com anúncios na TV, a campanha pretende sensibilizar pais sobre os riscos que fumar dentro de casa representa para as crianças.

O governo mantém altos impostos sobre a indústria para reduzir o consumo, o que eleva o preço dos cigarros. Um maço de Marlboro, por exemplo, custa US\$ 4,30.

O governo quer reduzir, até o ano 2000, para 20% a parcela de fumantes na população adulta, hoje de 25%. (Rogério Simões)

EUA**Leis restringem área ao fumante**

De Washington

Nos EUA, há 46 milhões de páns sociais. São os 25% da população que continuam fumando, apesar das restrições que lhes têm sido impostas nos últimos dez anos.

O fumante típico no país é do sexo feminino, negro e pobre. Ele praticamente só pode fumar na sua própria casa ou no meio da rua.

A maioria das empresas proíbe o fumo em áreas públicas e a maioria das cidades, em casas comerciais e locais públicos fechados.

O governo federal e quase todos os governos estaduais e municipais baniram o fumo das repartições. O Pentagono o proibiu nos quartéis.

A primeira-dama Hillary Clinton decretou o fim do cigarro na Casa Branca quando seu marido tomou posse, embora ele continue apreciando eventuais charutos, segundo uma charutaria de Washington.

Apesar das restrições, a porcentagem de fumantes no país, que caiu desde os anos 60, estabilizou-se em 93. Entre jovens, por exemplo, chegou a subir um pouco.

(Carlos Eduardo Lima da Silva)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Chagas Rodrigues — Gilberto Miranda — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Humberto Lucena — Jarbas Passarinho — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) — Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Teixeira. (Pausa.)

Não há mais oradores inscritos.

Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

— Projeto de Resolução nº 7, de 1995, de iniciativa da Comissão Diretora, que modifica o Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972, e suas alterações) e dá outras providências;

— Projeto de Resolução nº 8, de 1995, de iniciativa da Comissão Diretora, que altera a denominação da estrutura administrativa do Senado Federal e dá outras providências; e

— Projeto de Resolução nº 9, de 1995, de autoria do Senador Aureo Mello e outros Senhores Senadores, que define e estabelece os direitos que menciona.

Os Projetos de Resolução nºs 7 e 8, de 1995, receberam duas e uma emendas, respectivamente, e serão despachados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame dos projetos e das emendas; e à Comissão Diretora para exame das emendas.

O Projeto de Resolução nº 9, de 1995, recebeu uma emenda, e será despachado às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora para exame do projeto e da emenda.

São as seguintes as emendas apresentadas:

EMENDAS (de plenário)

Oferecidas ao Projeto de Resolução nº 7, de 1995, que modifica o Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972, e suas alterações) e dá outras providências

EMENDA Nº 1 — PLEN

Dê-se a seguinte redação ao art. 8º do Projeto:

"Art. 8º As tabelas de funções comissionadas da Diretoria-Geral, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, da Subsecretaria de Edições Técnicas e do Conselho de Administração passam a vigorar na forma do Anexo I desta Resolução."

Justificação

A presente emenda objetiva dotar a Subsecretaria de Edições Técnicas de suporte para o exercício de suas atribuições, especialmente no momento em que a Revista de Informações Legislativa atinge dimensão internacional, necessitando de vetter para a língua nacional um número significativamente maior de textos estrangeiros.

É importante ressaltar que a Subsecretaria tem sido demandada pelos Senhores Senadores e pelos diversos órgãos da Casa na tradução de textos de língua estrangeira.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1995. — Senador Alexandre Costa.

ANEXO I

(art. 8º)

Alteração das Tabelas de Distribuição de Funções Comissionadas

SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA	
11.00.00 - Diretoria-Geral		11.00.00 - Diretoria-Geral	
1 Chefe de Gabinete	FC-07	1 Chefe de Gabinete	FC-08
6 Assistentes Técnicos	FC-06	6 Assessores Administrativos	FC-07
1 Subchefe de Gabinete	FC-06	1 Subchefe de Gabinete	FC-07
2 Chefes de Serviço	FC-07	1 Chefe de Serviço	FC-07
9 Chefes de Seção	FC-05	2 Assist. Téc. de Contr. de Inform.	FC-06
2 Secretários de Gabinete	FC-05	2 Secretários de Gabinete	FC-05
*3 Assist. de Contr. de Informação	FC-04	4 Assist. de Contr. de Informação	FC-04
5 Auxiliares de Gabinete	FC-03	3 Auxiliares de Gabinete	FC-03
2 Motoristas	FC-01	2 Motoristas	FC-02
4 Contínuos	FC-01	3 Contínuos	FC-01
11.04.04 - Subsecretaria Técnica Eletrônica		11.04.04 - Subsecretaria Técnica Eletrônica	
1 Assistente Técnico	FC-06	1 Assistente Técnico	FC-06
2 Chefes de Serviço	FC-07	3 Chefes de Serviço	FC-07
11 Chefes de Seção	FC-05	16 Chefes de Seção	FC-05
1 Secretário de Gabinete	FC-05	1 Secretário de Gabinete	FC-05
*7 Assist. de Contr. de Informação	FC-04	7 Assist. de Contr. de Informação	FC-04
1 Auxiliar de Gabinete	FC-03	1 Auxiliar de Gabinete	FC-03
11.01.03 - Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio		11.01.03 - Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio	
3 Chefes de Serviço	FC-07	4 Chefes de Serviço	FC-07
1 Assistente Técnico	FC-06	1 Assistente Técnico	FC-06
10 Chefes de Seção	FC-05	13 Chefes de Seção	FC-05
1 Secretário de Gabinete	FC-05	1 Secretário de Gabinete	FC-05
*1 Assist. de Contr. de Informação	FC-04	4 Assist. de Contr. de Informação	FC-04
6 Aux. de Contr. de Tombamento	FC-03	6 Aux. de Contr. de Tombamento	FC-03
1 Auxiliar de Gabinete	FC-03	1 Auxiliar de Gabinete	FC-03
11.03.03 - Subsecretaria de Edições Técnicas		11.03.03 - Subsecretaria de Edições Técnicas	
1 Assistente Técnico	FC-06	1 Assistente Técnico	FC-06
5 Chefes de Seção	FC-05	5 Chefes de Seção	FC-05
1 Secretário de Gabinete	FC-05	1 Secretário de Gabinete	FC-05
1 Assist. de Contr. de Informação	FC-04	1 Assist. de Contr. de Informação	FC-04

4 Encarregado de Pesquisa	FC-04	11 Encarregado de Pesquisa	FC-04
1 Auxiliar de Gabinete	FC-03	1 Auxiliar de Gabinete	FC-03
1 Contínuo	FC-01	1 Contínuo	FC-01
10.00.00 - Conselho de Administração		10.00.00 - Conselho de Administração	
1 Encarregado de Secretaria	FC-06	1 Assistente Técnico	FC-06

(* Resolução nº 51, de 1993 - art. 4º)

EMENDA Nº 2-PLEN

Acrescente-se o seguinte artigo após o artigo 10 do projeto, renumerando-se os subsequentes:

"Art. 11. A função comissionada de Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva do Cegraf passa a ter nível retributivo equivalente ao da função a que se refere o artigo 4º desta Resolução."

Justificação

Adotando o mesmo critério estabelecido para a função de Chefe de Gabinete de Senador pela Resolução do Senado nº 73, de 1994, o Projeto de Resolução nº 7/95 propõe a retribuição da função de Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral a nível de FC-8.

Com o objetivo de conferir tratamento isonômico à função equivalente no Cegraf, a presente emenda aditiva propõe a fixação de idêntico nível retributivo para a função comissionada de Chefe de Gabinete da Diretoria Executiva.

A emenda afigura-se justa, não somente por assegurar eficácia ao princípio da isonomia, mas também por encontrar fundamento no conteúdo ocupacional da função, em termos de requisitos de qualificação técnico-profissional e de responsabilidade administrativa. Trata-se de função de assessoramento direto ao Diretor Executivo, que envolve outrossim complexas atribuições administrativas por delegação do titular do Cegraf, tendo em vista a dimensão organizacional daquele Órgão Supervisionado e os encargos políticos e gerenciais a que estão sujeitos os seus dirigentes de cúpula.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1995. – Júlio Campos.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretoria.)

EMENDA (de Plenário)

Oferecida ao Projeto de Resolução nº 8, de 1995, que altera a denominação de órgãos da estrutura administrativa do Senado Federal e dá outras providências.

EMENDA Nº 1-PLEN

Art. 1º O art. 13 do Projeto de Resolução nº 8, de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 13. As Tabelas de Funções Comissionadas da Secretaria Legislativa, da Subsecretaria de Comissões, da Subsecretaria de Taquigrafia e da Subsecretaria de Ata, passam a vigorar na forma do Anexo I desta Resolução."

Justificação

Trata a presente emenda de solucionar distorções surgidas quando da implantação da Resolução nº 42/93, onde servidores de nível superior ocupantes de funções gratificadas FG4, FG-3 e FG2, foram posicionados, respectivamente em FC3, FC-4 FC-5, tendo sido as primeiras, entretanto, destinadas exclusivamente a servidores de nível médio.

A presente alteração recupera o status quo, conquista que posicionava o Senado Federal em condições de equivalência com a Câmara dos Deputados, onde hoje os servidores encontram-se exercendo as funções ora pleiteadas (doc. anexo) e possibilita a ocupação das funções àquela época criada, cujo acesso tem sido negado em virtude da vedação ora existente. Cabendo ressaltar que não se cria nenhuma função comissionada além das já existente, sem criar impacto orçamentário ao Senado Federal, conforme demonstrativos anexos.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1995. – Jacques Silva.

ANEXO I (Art. 13º da Resolução nº , 1994)

ALTERAÇÕES NAS TABELAS DE FUNÇÕES COMMISSIONADAS DO SENADO FEDERAL

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
SECRETARIA LEGISLATIVA					
1	Diretor da Secretaria	FC-9	1	Diretor da Secretaria	FC-9
			2	Chefe de Serviço	FC-7
1	Assistente Técnico	FC-6	4	Assistente Técnico	FC-6
2	Secretário de Gabinete	FC-5	2	Secretário de Gabinete	FC-5

1	Auxiliar de Controle de Informação	FC-4	1	Chefe de Seção	FC-5
2	Auxiliar de Gabinete	FC-3	5	Assistente de Controle de Informação	FC-4
1	Contínuo	FC-1	2	Auxiliar de Gabinete	FC-3
			1	Contínuo	FC-1
TOTAL: 8			TOTAL: 18		

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

1	Diretor da Subsecretaria	FC-8	1	Diretor da Subsecretaria	FC-8
3	Chefe de Serviço	FC-7	3	Chefe de Serviço	FC-7
1	Assistente Técnico	FC-6	1	Assistente Técnico	FC-6
3	Chefe de Seção	FC-5	1	Chefe de Seção	FC-5
1	Secretário de Gabinete	FC-5	1	Secretário de Gabinete	FC-5
20	Secretário de Comissões	FC-6	20	Secretários de Comissões	FC-6
20	Assistente de Comissões	FC-4			
			20	Auxiliar de Comissões	FC-4
1	Auxiliar de Controle de Informação	FC-4	1	Assistente de Controle de Informação	FC-4
8	Mecanógrafo Revisor	FC-3	0	Mecanógrafo Revisor	FC-3
1	Auxiliar de Gabinete	FC-3	1	Auxiliar de Gabinete	FC-3
TOTAL: 59			TOTAL: 49		

SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

1	Diretor da Subsecretaria	FC-8	1	Diretor da Subsecretaria	FC-8
4	Chefe de Serviço	FC-7	4	Chefe de Serviço	FC-7
1	Assistente Técnico	FC-6	1	Assistente Técnico	FC-6
1	Secretário de Gabinete	FC-5	1	Secretário de Gabinete	FC-5
5	Chefe de Seção	FC-5	5	Chefe de Seção	FC-5
10	Supervisores	FC-5	10	Supervisores	FC-6
20	Revisores	FC-4	20	Revisores	FC-5
45	Taquígrafos	FC-3	45	Taquígrafos	FC-4
1	Auxiliar de Gabinete	FC-3	1	Auxiliar de Gabinete	FC-3
4	Auxiliar de Controle de Informação	FC-3	4	Assistente de Controle de Informação	FC-3
1	Contínuo de Gabinete	FC-1	1	Contínuo de Gabinete	FC-1
TOTAL: 93			TOTAL: 93		

SUBSECRETARIA DE ATA

1	Diretor da Subsecretaria	FC-8	1	Diretor da Subsecretaria	FC-8
4	Chefe de Serviço	FC-7	4	Chefe de Serviço	FC-7
1	Assistente Técnico	FC-6	1	Assistente Técnico	FC-6
1	Secretário de Gabinete	FC-5	1	Secretário de Gabinete	FC-5
3	Chefe de Seção	FC-5	3	Chefe de Seção	FC-5
1	Auxiliar de Controle de Informação	FC-4	1	Assistente de Controle de Informação	FC-4
8	Auxiliar de Ata	FC-3	8	Auxiliar de Ata	FC-3
1	Auxiliar de Gabinete	FC-3	1	Auxiliar de Gabinete	FC-3
TOTAL: 20			TOTAL: 20		

DEMONSTRATIVO DE REPERCUSSÃO FINANCEIRA SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA

ATUAL					PROPOSTA			
FUNÇÃO	SIMB	QTD	UNIT.	TOTAL	SIMB	QTD	UNIT.	TOTAL
Supervisor Taquigráfico	FC-5	10	484,49	4.844,90	FC-6	10	645,99	6.459,90
Revisor Taquigráfico	FC-4	20	363,37	7.267,40	FC-5	20	434,49	9.689,80
Taquigrafo	FC-3	45	314,90	14.170,50	FC-4	45	333,37	16.351,65
TOTAL	—	75	—	26.282,80	—	75	—	32.501,35

REPERCUSSÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO	
R\$	%
6.218,55	0,157

DEMONSTRATIVO DA REPERCUSSÃO FINANCEIRA SUBSECRETARIA DE ATA

FUNÇÃO	ATUAL				PROPOSTA		
	SIMB	QTD	UNIT	TOTAL	QTD	UNIT	TOTAL
Diretor da Subsecretaria de Ata	FC-8	01	1.605,32	1.605,32	01	1.605,32	1.605,32
Chefe de Serviço	FC-7	04	1.188,68	4.754,72	04	1.888,68	4.754,72
Assistente Técnico	FC-6	01	920,50	920,50	01	920,50	920,50
Chefe de Seção	FC-5	03	691,26	2.073,78	03	691,26	2.073,78
Secretário de Gabinete	FC-5	01	691,26	691,26	01	691,26	691,26
Assistente de Controle de Informação	FC-4	01	490,13	490,13	01	490,13	490,13
Auxiliar de Ata	FC-3	08	390,43	3.131,43			
Auxiliar de Gabinete	FC-3	01	390,43	390,43	01	390,13	390,13
Assistente de Ata	FC-4				08	490,13	3.921,04
SUBTOTAL				14.057,57			14.847,18

REPERCUSSÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO	
R\$	%
789,60	0,0071

LEGISLAÇÃO CITADA
RESOLUÇÃO Nº 49, DE 1993

Cria Funções Comissionadas na área de Registro Taquigráfico de Debates.

Faço saber que a Câmara dos Deputados aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam criadas, no Grupo de Apoio Técnico Legislativo, na Área de Registro Taquigráfico de Debates, 72 (setenta e

duas) Funções Comissionadas FC-4, e transformadas 18 (dezoito) Funções Comissionadas FC-5, na forma do Anexo.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução serão atendidas pelos recursos orçamentários próprios da Câmara dos Deputados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, 26 de agosto de 1993. – **Inocêncio Olivera**, Presidente.

ANEXO I

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA		
Nº de FC	FC	Nº de FC	FC	ATRIBUIÇÃO
18	5	18	6	Supervisão de Pronunciamento
30	5	30	5	Revisão de Pronunciamento
-	-	72	4	Apanhamento Taquigráfico
TOTAL	48	120	-	--

ANEXO III

(DA RESOLUÇÃO Nº 42/93)

TABELA DOS NÍVEIS RETRIBUTIVOS DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS
 Art. 6º

FUNÇÃO COMISSIONADA	PERCENTUAIS SOBRE O TETO DE REMUNERAÇÃO	CORRELAÇÃO COM OS NÍVEIS DE CARREIRA
FC - 10	30%	NÍVEL III
FC - 09	27%	NÍVEL III
FC - 08	25%	NÍVEL III
FC - 07	20%	NÍVEIS III e II
FC - 06	16%	NÍVEIS III e II
FC - 05	12%	NÍVEIS III e II
FC - 04	9%	NÍVEIS III e II
FC - 03	7%	NÍVELS II e I
FC - 02	5%	NÍVELS II e I
FC - 01	3%	NÍVELS II e I

ANEXO IV

(Art. 7.º, § 1.º)

CARGO EM COMISSÃO	VENCIMENTO	REPRESENTAÇÃO
Assessor Técnico	16.331.788,20	27.259.463,19
Secretário Parlamentar	12.248.841,15	20.445.597,39

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretoria.)

EMENDAS (de Plenário)

Oferecidas ao Projeto de Resolução nº 9, de 1995, que define e estabelece os direitos que menciona.

EMENDA Nº 1-PLEN

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. Aos servidores contratados pelo Senado Federal, por tempo indeterminado, sob o regime de Consolidação de Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, é reconhecido o direito de permanecer no Quadro de Pessoal previsto no Anexo I do Plano de Carreira do Senado Federal."

Justificação

A presente emenda está consoante com o art. 243 da Lei nº 8.112/90 e do Ato Normativo da Secretaria de Administração Federal, que determinaram a inclusão, no quadro permanente, de todos os celetistas que foram contratados por tempo indeterminado, independentemente da tabela a que pertenciam.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1995. - **Aureo Mello.**

EMENDA Nº 2-PLEN

Acrescente-se ao art. 1º do projeto o seguinte parágrafo único.

"Art. 1º

Parágrafo único. Os direitos assegurados no caput deste artigo são extensivos aos servidores celetistas do Senado Federal que contavam 5 (cinco) anos de serviço público na data da promulgação da Constituição Federal de 1988.

Justificação

Pretendemos com a presente emenda suprimir omissão contida no projeto original e reparar danos causados a servidores da Casa que, apesar de contarem 5 (cinco) anos de efetivo serviço público à época da promulgação da atual Constituição não adquiriram a almejada estabilidade no Serviço Público.

Consideramos que a submissão desses servidores ao regime da CLT e do FGTS por vários anos, sem descontinuidade, descaracterizou a condição a que se refere o § 2º do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e fazem deles legítimos

beneficiários, também, das justas disposições contidas no projeto que ora queremos ver alterado.

Sala das Sessões, 23 de janeiro de 1995. - **Magno Bacelar.**

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretoria.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - A Presidência dispensa na presente sessão o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão à Rádio Litoral Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º **pronunciamento**: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida ao Sistema Nova Era de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná, tendo

Parecer, favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador José Eduardo, em substituição à Comissão de Educação.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em ordem do dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres, favoráveis proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º **pronunciamento**: Relator: Senador Ney Maranhão;

- 2º **pronunciamento**: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer, favorável proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 56, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1993 (nº 293/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Stereo FM Lagoa Santa Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Aureo Mello, em substituição à Comissão de Educação.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga à Rádio Cultura de Timbó Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S. A. Rádio Verdes Mares Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º **pronunciamento**: favorável ao projeto;

- 2º **pronunciamento**: pela regularidade dos atos e procedimento concernentes à proposição.

11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda.,

para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de Educação.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1993 (nº 307/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Amazônia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Macapá, Estado do Amapá. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vila Real Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

16

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A, para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Londrina, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

17

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mariana Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultural de Paulo Afonso Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

19

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Nova Terra de Radiodifusão Ltda., atualmente denominada Rede Fênix de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medianeira, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra Negra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1994 (nº 222/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Josaphat Marinho, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 1994-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1994-Complementar, de autoria do Senador Ney Maranhão, que acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em casos de inelegibilidade, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário. Relator: Senador Cid Saboia de Carvalho, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994 (nº 4.151/93, na Casa de Origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. (Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura.)

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 1995

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1995 (nº 4.437/94, na Casa de origem) que denomina "Antônio José Teixeira" a Escola Agrotécnica Federal de Guanambi, no Estado da Bahia. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1995

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1995 (nº 436/94, na Câmara dos Deputados), que

aprova os textos do Acordo de Criação da Associação dos Países Produtores de Café e do Plano de Retenção de Café, assinados em Brasília, em 24 de setembro de 1993. (Dependendo de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

28

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 93, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 93, de 1994, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dá nova redação aos arts. 1º e 7º da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, e prorroga o prazo previsto em seu art. 15. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

29

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 111, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 111, de 1994, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, modificando, nas Comissões Permanentes, o número de membros, o quorum e os horários de reuniões, e dá outras providências. (Dependendo de Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e da Diretora.)

30

OFÍCIO Nº S/19, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/19, de 1994, através do qual o Presidente do Banco Central do Brasil encaminha ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de Minas Gerais relativa à contratação de financiamento externo junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de cento e cinquenta milhões de dólares americanos. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

31

OFÍCIO Nº S/72, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

32

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 122, DE 1993

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 94, de 1994.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 122, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que cria a Comissão de Ciência e Tecnologia. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

33

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94, DE 1994

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 122, de 1993.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 94, de 1994, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Educação em Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1991-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991-Complementar (nº 223/90-Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 49 e 88, de 1991, da Comissão – de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento favorável ao Projeto com as Emendas de nºs 1 a 4 – CCF, que apresenta; 2º pronunciamento: contrário às Emendas de nºs 5 a 17, de Plenário.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1991-COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991-Complementar (nº 60/89-Complementar, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição a Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Meira Filho, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento: favorável à emenda de Plenário, de autoria do Senador Maurício Corrêa. (Dependendo de parecer sobre as emendas apresentadas perante a Comissão, de autoria do Senador Guilherme Palmeira.)

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1991-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, que regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

37

REQUERIMENTO Nº 40, DE 1995

Votação, em turno único, do Requerimento nº 40 de 1995 do Senador Dirceu Carneiro, solicitando, nos termos do art. 172, inciso I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1994, de sua autoria, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do cinto de segurança.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1992 (nº 1.002, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical a que se referem os arts. 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável ao Projeto, com emendas nºs 1 e 2, que apresenta, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais. (Dependendo de parecer sobre a emenda nº 3, de Plenário.)

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1994

Discussão, em turno único do projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1994 (nº 172/92, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que dispõe sobre a criação de Procuradorias da república em municípios do interior, e dá outras providências tendo.

Parecer favorável, proferido em Plenário, relator Senador Cid Sabóia de Carvalho, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, VI e VII, combinado com o art. 24, VI, da Constituição Federal, tendo

Parecer contrário, proferido em Plenário, Relator: Senador Ronan Tito, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 1994-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1994-Complementar, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre fontes de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 227, de 1994, da Comissão de Assuntos Econômicos, favorável ao Projeto com Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 1991

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

De autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre isenção do Imposto de Renda para bolsas de estudos de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio par

complementação de estudos universitários. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14h58min.)

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Senhor Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar.

Em face da convocação da Sessão Plenária do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, publicada no *Diário do Congresso*

so Nacional, de 22-11-94, objetivando a eleição dos membros e respectivos suplentes da Comissão Deliberativa, os parlamentares que a este subscrevem, atendendo ao disposto da Resolução nº 20, de 3 de setembro de 1974, apresentam, para concorrer à citada eleição, a chapa anexa:

Henrique Eduardo Alves – Leur Lomanto – Aécio Neves – José Thomaz Nono – Francisco Diógenes – Iberê Ferreira – Flávio Derzi – Guilherme Palmeira – Paes Landim – Jairo Azi – Rita Camata – Simão Sessim – Benito Gama – Euler Ribeiro – Marcos Lima – Rodrigues Palma – Messias Gois – Roberto Brant – Nilson Gibson – Célia Mendes – Fernando Lyra – Sarney Filho – Wilson Campos – Leopoldo Bessone.

COMISSÃO DELIBERATIVA

(1995-1998)

TITULARES

- 1 - SENADOR ALEXANDRE COSTA
- 2 - SENADOR COUTINHO JORGE
- 3 - SENADOR ELCIO ALVARES
- 4 - SENADOR GILBERTO MIRANDA
- 5 - SENADOR GUILHERME PALMEIRA
- 6 - SENADOR HUMBERTO LUCENA
- 7 - SENADOR JOSÉ SARNEY
- 8 - SENADOR PEDRO SIMON
- 9 - DEPUTADO AÉCIO NEVES
- 10 - DEPUTADO BENITO GAMA
- 11 - DEPUTADO FLAVIO DERZI
- 12 - DEPUTADO FRANCISCO DIÓGENES
- 13 - DEPUTADO HENRIQUE E. ALVES
- 14 - DEPUTADO HUMBERTO SOUTO
- 15 - DEPUTADO INOCÊNCIO DE OLIVEIRA
- 16 - DEPUTADO JAIR AZI
- 17 - DEPUTADO JAQUES WAGNER
- 18 - DEPUTADO LEUR LOMANTO
- 19 - DEPUTADO LUIS HENRIQUE
- 20 - DEPUTADO NILSON GIBSON
- 21 - DEPUTADO PRISCO VIANA
- 22 - DEPUTADO RICARDO IZAR
- 23 - DEPUTADO ROBSON TUMA
- 24 - DEPUTADO SARNEY FILHO
- 25 - DEPUTADO SIMÃO SESSIM

SUPLENTES

- 1 - SENADOR CARLOS PATROCÍNIO
- 2 - SENADOR ESPERIDIÃO AMIN
- 3 - SENADOR HUGO NAPOLEÃO
- 4 - SENADOR JULIO CAMPOS
- 5 - SENADORA JUNIA MARISE
- 6 - SENADOR LUCIDIO PORTELA
- 7 - SENADOR NABOR JUNIOR
- 8 - SENADOR ODACIR SOARES
- 9 - DEPUTADO AMARAL NETO
- 10 - DEPUTADO BETO MANSUR
- 11 - DEPUTADA CELIA MENDES
- 12 - DEPUTADO EULER RIBEIRO
- 13 - DEPUTADO FERNANDO LYRA
- 14 - DEPUTADO IBERE FERREIRA
- 15 - DEPUTADO JOSÉ THOMAZ NONO
- 16 - DEPUTADO LEOPOLDO BRESSONE
- 17 - DEPUTADO MARCOS LIMA
- 18 - DEPUTADO MESSIAS GOIS
- 19 - DEPUTADO NEY LOPES
- 20 - DEPUTADO PAES LANDIM
- 21 - DEPUTADO RITA CAMATA
- 22 - DEPUTADO ROBERTO BRANT
- 23 - DEPUTADO RODRIGUES PALMA
- 24 - DEPUTADO WILSON CAMPOS
- 25 - DEPUTADA ZILA BEZERRA

<p>MESA</p> <p>Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB</p> <p>1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI</p> <p>2º Vice-Presidente Levy Dias _ PPR _ MS</p> <p>1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT</p> <p>2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC</p> <p>3º Secretário Júnia Marise _ PDT _ MG</p> <p>4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC</p> <p>Suplentes de Secretário Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PPR _ PI Carlos Patrocínio _ PFL _ TO</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Pedro Simon</p> <p>Vice-Líderes Jutahy Magalhães</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Mauro Benevides</p>	<p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Cid Sabóia de Carvalho José Fogaça Ronaldo Aragão Mansueto de Lavor Antônio Mariz Aluizio Bezerra Gilberto Miranda Jacques Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Mário Covas</p> <p>Vice-Líderes Jutahy Magalhães Almir Gabriel Teotônio Vilela Filho</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Marco Maciel</p> <p>Vice-Líder Odacir Soares Guilherme Palmeira João Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder José Paulo Bisol</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Jonas Pinheiro</p> <p>Vice-Líder Valmir Campelo</p>	<p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Magno Bacelar</p> <p>Vice-Líder Nelson Wedekin</p> <p>LIDERANÇA DO PRN</p> <p>Líder Ney Maranhão</p> <p>Vice-Líder Áureo Mello</p> <p>LIDERANÇA DO PP</p> <p>Líder Irapuan Costa Júnior</p> <p>LIDERANÇA DO PPR</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Moisés Abrão Affonso Camargo Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder Eduardo Suplicy</p> <p>LIDERANÇA DO PMN</p> <p>Líder Francisco Rollemberg</p>
--	---	--

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Secretaria Legislativa - Diretoria: Denise R. A. Zoghbi
Ramais: 311-3938 / 311-3939
Subsecretaria de Comissões: Diretor: Raimundo C. Silva
Ramais: 311-3488/311-3489/311-3490

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Vago

Vice-Presidente: Senador Magno Bacelar

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando RO-3111/12	César Dias RR-3064/65
Cid S. de Carvalho CE-3058/59	Mansueto de Lavor PE-3183/84
José Fogaça RS-3077/78	Garibaldi A. Filho RN-4382/92
Jacques Silva GO-3134/35	Gilberto Miranda AM-3104/05
Márcio Lacerda MT-3029/30	Mauro Benevides CE-3194/95
Antônio Mariz PB-4345/46	Aluizio Bezerra AC-3158/59
Pedro Simon RS-3230/31	Divaldo Suruagy AL-3185/86
Wilson Martins MS-3114/15	Alfredo Campos MG-3237/38
PFL	
Josaphat Marinho BA-3173/74	Marco Maciel PE-3197/98
Guilherme Palmeira AL-3245/46	Airton Oliveira AP-3191/92
Louival Baptista SE-3027/28	Jônice Tristão ES-3131/92
Odacir Soares RO-3218/19	João Rocha TO-4071/72
PSDB	
Jutahy Magalhães BA-3171/72	Almir Gabriel PA-3145/46
Mário Covas SP-3177/78	Teotônio Vilela Filho AL-4093/94
Maurício Corrêa DF-3127/28	Albano Franco SE-4055/56
PPR	
Epitácio Cafeteira MA-4073/74	Hydekel Freitas RI-3082/83
Espíndilo Amin SC-4206/07	Lourenberg N. Rocha MT-3035/36
Carlos De'Carli AM-3079/80	Jarbas Passarinho PA-3022/23
PP	
Vago	João França RR-3067/68
PDT	
Magno Bacelar MA-3073/74	Lavoisier Maia RN-3239/40
PTB	
José Eduardo PR-4064/65	Martuce Pinto RR-4062/63
PRN	
Aureo Mello AM-3091/92	Ney Maranhão PE-3101/02
PSB+PT+PMN	
José Paulo Bisol RS-3224/25	Francisco Rollemberg SE-3032/34

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes
Fones da Secretária: 311-3972/4609/4612
Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas
Local: Sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa
Anexo das Comissões - Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Senador Jutahy Magalhães
 Vice-Presidente: Senador Louival Baptista

Titulares	Suplentes
PMDB	
Amir Lando RO-3111/12	Aluizio Bezerra AC-3158/59

Antônio Mariz PB-4345/46	João Calmon ES-3154/55
César Dias RR-3064/65	Onofre Quinan GO-3148/49
Cid Sabá de Carvalho CE-3058/60	Pedro Simon RS-3230/32
Divaldo Suruagy AL-3180/85	José Fogaça RS-3077/78
Coutinho Jorge PA-3050/4393	Ronan Tito MG-3038/39
Ronaldo Aragão RR-4052/53	Vago GO-3133/34
Garibaldi A. Filho RN-4382/92	Jacques Silva
Márcio Lacerda MT-3029	Vago

PFL

Louival Baptista SE-3027/28	João Rocha TO-4071/72
Dario Pereira RN-3098/99	Marco Maciel PE-3197/99
Odacir Soares RO-3218/19	Hugo Napoleão PI-3085/86
Alexandre Costa MA-3070/71	Raimundo Lira PB-3201/02
Carlos Patrocínio TO-4058/68	Guilherme Palmeira AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel PA-3145/46	Dirceu Carneiro SC-3179/80
Reginaldo Duarte CE-3242/43	Maurício Corrêa DF-3127/28
Jutahy Magalhães BA-3171/72	Teotônio V. Filho AL-4093/94
Albano Franco SE-4055/56	Joaquim Beato ES-3203/04

PPR

Afonso Camargo RR-3062/63	Jarbas Passarinho PA-3022/23
Epitácio Cafeteira MA-4073/74	Moisés Abrão TO-3136/37
Lucidio Portella PI-3055/56	Lourenberg N. Rocha MT-3035/36
Carlos De'Carli AM-3079-80	Levy Dias MS-3015/17

PP

João França RR-3067/68	Meira Filho DF-3221/22
Nelson Carneiro RJ-3209/10	Vago

PDT

Lavoisier Maia RN-3240/41	Darcy Ribeiro RJ-4221/30
Magno Bacelar MA-3074/75	Vago

PTB

Martuce Pinto RR-4062/63	Jonas Pinheiro AP-3206/07
--------------------------	---------------------------

PRN

Aureo Mello AM-3091/92	Ney Maranhão PE-3101/02
------------------------	-------------------------

Secretário: Raimundo Franco Diniz
Telefones: Secretaria: 311-515/4608/7285
Sala de reuniões: 311-3652
Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.
Sala nº 09 - Ala Sen. Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares	Suplentes
PMDB	
Ronan Tito MG-3038/39/40	Mauro Benevides CE-3194/95
Garibaldi A. Filho RN-4382/92	José Fogaça RS-3077/78
Ruy Bacelar BA-3161/62	Flaviano Melo AC-3493/94
Ronaldo Aragão RR-4052/53	Cid S. de Carvalho CE-3058/59
Alfredo Campos RO-3064/65/66	Coutinho Jorge PA-3050/4393
Mansueto de Lavor PE-3182/83/84	Pedro Simon RS-3230/32
Aluizio Bezerra AC-3158/59	Divaldo Suruagy AL-3185/86
Garibaldi A. Filho AM-3104/05	João Calmon ES-3154/56
Jacques Silva GO-3148/50	Wilson Martins MS-3114/15
PFL	
Carlos Patrocínio TO-4058/68	Dario Pereira RN-3098/99
Raimundo Lira PB-3230/02	Odacir Soares RO-1118/19
Airton Oliveira AP-3191/92/93	Hugo Napoleão PI-3085/87
Jônice Tristão ES-3131/32	Josaphat Marinho BA-3173/75
João Rocha MA-4071/72	Marco Maciel PE-3197/98

PSDB

Fernando H. Cardoso	SP-311/18	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Jutahy Magalhães	BA-3171/72

PPR

Affonso Camargo	PR-3062/63	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Espindão Amin	SC-4206/07	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Moisés Abrão	TO-3136/37	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP

Irapuan Costa Júnior	GO-3089/90	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Meira Filho	DF-3222/05		

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Vago	

PTB

Jonas Pinheiro	AP-3206/07	José Eduardo	PR-4059/60
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92
--------------	------------	-------------	------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho
Ramais: 311-3516/4605/4683
Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL - CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Gersonn Carrata	ES-3203/04	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Alexandre Costa	MA-3069/70	Marco Maciel	PE-3197/98
Lourival Baptista	SE-3027/28	Odacir Soares	RO-3218/19
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Josaphat Marinho	BA-3173/74

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Fernando H. Cardoso	SP-3117/18

PPR

Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

PP

Irapuan Costa Júnior	3089/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PTB

Mariuce Pinto	RR-4062/63	Vago	
---------------	------------	------	--

PRN

Vago	Rachid Saldanha Derzi	MS-4770/71
------	-----------------------	------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	SP-3221/15/16	José Paulo Bisol	RS-3224/25
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos
Ramais: 311-3259/3496
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA - CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)
Presidente: Dario Pereira
Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Aluizio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Ondre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Coutinho Jorge	PA-3050/53
César Dias	RR-3064/65	Antonio Mantz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Jaques Silva	GO-3134/35

PFL

Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Ailton Oliveira	AP-3191/92	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Jônice Tristão	ES-3131/32	Guilherme Palmeira	AL-3249/46
Odacir Soares	RO-1118/19	Lourival Baptista	SE-3027/28

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64
Albano Franco	SE-4055/56	Maurício Corrêa	DF-3127/28

PPR

Hydekel Freitas	RL-3028/83	Affonso Camargo	PR-3062/63
Lucídio Portella	PI-3055/56	Espindão Amin	SC-4206/07
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Moisés Abrão	MT-3136/37

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PTB

José Eduardo	PR-4059	Mariuce Pinto	RR-4062/63
--------------	---------	---------------	------------

PRN

Rachid Saldanha Derzi	MS-4770/71	Vago	
-----------------------	------------	------	--

PSB/PT/PMN

Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Eduardo Suplicy	SP-3213/15
----------------------	------------	-----------------	------------

Secretário: Celso Parente _ Ramais 311-4354/7284/4607
Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas
Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)
Presidente: Valmir Campelo
Vice-Presidente: Vago

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Coutinho Jorge	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Jacques Silva	GO-3134/35	Gerson Camata	ES-3203/04

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	João Rocha	TO-4071/72
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Alexandre Costa	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Airton Oliveira	AP-3191/92	Jônice Tristão	ES-3131/32

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Albano Franco	SE-4055/56
Maurício Corrêa	DF-3127/28	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PPR

Lourenber N. Rocha	MT-3035/36	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espírião Amin	SC-4206/07
Moisés Abrão	TO-3136/37	Carlos De'Carli	AM-3079/80

PP

Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Vago	

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Vago	

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	José Eduardo	PR-4058/59
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PSB/PT/PMN

José P. Bisol RS-3224/25 Francisco Rollemberg SE-3032/33

Secretária: Mônica Aguiar Innocente

Ramais: 311-3498/4682

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente:
Vice-Presidente:
(17 Titulares e 9 Suplentes)

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/56	Mauro Benevides	CE-3194/95
Alfredo Campos	MG-3237/38	Garibaldi Alves Filho	RN-4382/92
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Gilberto Miranda	AM-3104/05		
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59		
Ronan Tito	MG-3038/39		

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/59	Alexandre Costa	MA-3070/71
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Airton Oliveira	AP-3191/92
Odair Soares	RO-1118/19		

PSDB

Reginaldo Duarte	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/46
Dirceu Carneiro	SC-3179/80		

PPR

Esperidião Amin	SC-4206/07	Afonso Camargo	PR-3062/63
Moisés Abrão	TO-3136/37		

PP

João França	RR-3067/68	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
-------------	------------	-----------------	------------

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PTB

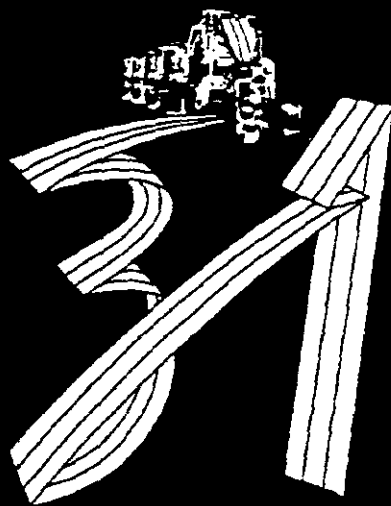
Valmir Campelo	DF-3188/89		
----------------	------------	--	--

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02		
--------------	------------	--	--

Reuniões: Sala nº - Ala Sen. Alexandre Costa

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS